

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



DESIGUALDADES: O TORTUOSO CAMINHO DA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Henrique Lopes
Cristian Moreira Fraga
Thiago Ellert Pilz

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo Temático 04: Políticas Públicas, Currículo e Sociedade

O Brasil é reconhecidamente um dos países mais desiguais do mundo, em seus mais variados aspectos, conforme apontam inúmeros relatórios nacionais e internacionais (Fraga; Silva, 2025). Tendo isso em vista, esse texto nasce de uma inquietação persistente dos autores: afinal de contas, por que a desigualdade persiste no país, com destaque para a educação?

Durante a graduação na licenciatura de História, na qual fomos colegas, são incontáveis os momentos de discussão e debate dentro e fora de sala de aula, onde a questão surgia. As mais mirabolantes propostas foram debatidas à exaustão. Hoje, já formados, o tema ainda nos intriga. Esse texto trará mais perguntas do que respostas e temos prévia consciência de que não resolverá o problema da iniquidade educacional, mas com ele pretendemos traçar um panorama baseado em ampla bibliografia qualitativa e quantitativa para ajudar a deixar mais claro o diagnóstico do problema e os principais sintomas, de modo a fazer parte de uma gama de estudos e iniciativas, os quais, em conjunto, podem trazer luz à possíveis soluções.

Todavia, antes de prosseguirmos, concebemos como necessário uma breve definição de desigualdade e suas contradições. Conforme Francisco Bosco (2022, p. 207):

Se a sociedade funciona melhor com menos desigualdade é porque os sujeitos percebem e experimentam afetivamente os abismos sociais como uma injustiça, e o sentimento retorna na forma de violência. O sentimento de injustiça por sua vez decorre da premissa moral de que os seres humanos, sendo fundamentalmente iguais, mereceriam oportunidade idêntica; mas, ao contrário, as desigualdades não são consequência de um ponto de partida justo, e sim desdobramentos inevitáveis de um jogo de cartas marcadas, que fere a igualdade original das pessoas.

Nesse Brasil de desigualdades, a educação não é exceção, e talvez, na verdade, seja a plena ilustração do quadro de injustiças que se apresenta de todas as formas. Conforme dados do IBGE (2023), divulgados pela Agência Brasil, caso o recorte seja regional, percebe-se que “o Nordeste abriga 55,3% de todos os brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever. O analfabetismo na região alcança 11,7% da população. No Norte, são 6,4%”. No restante das regiões o índice não supera 4%. Isso explica, em partes, a disparidade do Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) presente nessas mesmas regiões. Segundo Fraga e Silva (2025, p. 168),

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e se constitui em uma medida que avalia o desenvolvimento humano de diferentes países a partir de três dimensões fundamentais: saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (média de anos de estudo da população adulta e expectativa de anos de estudo) e padrão de vida (rendimento nacional bruto per capita ajustado pela paridade do poder de compra).

A análise dessas disparidades, conforme Fraga e Silva (2025, p. 168), permite “identificar quais áreas necessitam de mais investimentos e quais políticas públicas são mais urgentes”, além de escrachar o abismo social e econômico presente no país. Ainda de acordo com os índices do IBGE (2023), mas com foco no recorte de raça/cor, cerca de 4,3% da população branca é analfabeta, enquanto 8,7% da população parda e 11,10% da população preta possuem a mesma condição. Se considerarmos níveis mais altos de instrução, cerca de “60,7% dos brancos com pelo menos 25 anos haviam finalizado o ensino médio, entre os pretos e pardos essa taxa foi de 47%”.

O levantamento mostra ainda que pretos e pardos com 25 anos ou mais estudam, em média, 1,7 anos a menos do que pessoas brancas. Números relacionados ao ensino superior reiteram as assimetrias. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, 29,2% da população branca encontravam-se estudando em universidades no ano passado. Entre as pessoas pretas e pardas, essa taxa foi de 15,3% (Agência Brasil, 2023).

Esses índices corroboram outras estatísticas que dialogam diretamente com as iniquidades presentes no âmbito da educação. Essa discrepância referente ao acesso à educação de qualidade, por exemplo, faz com que a diferença de renda entre a população, considerando os marcadores gênero e raça, se torne cada vez mais acentuada. Segundo Silveira e Siqueira (2021, p. 2), “o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela segmentação ocupacional dos homens negros, discriminação salarial contra as mulheres brancas e uma combinação dos dois efeitos sobre as mulheres negras”. Desta forma, uma boa parcela da população não branca precisa aderir à trabalhos mais subalternizados ou enfrentar jornadas árduas em mais de um emprego, alguns desses estando dentro da informalidade. De acordo com o IBGE (2023), cerca de 46,8% das mulheres pretas e pardas possuem o trabalho informal como a sua principal fonte de renda ou um serviço complementar, acompanhado de 46,6% dos homens pretos ou pardos, 34,5% das mulheres brancas e 33,3% dos homens brancos.

Todavia, suponhamos que essas diferenças, especialmente educacionais, sejam exauridas, o que aconteceria? Pois bem, de certa forma pouco efeito, ao menos inicialmente. Essa afirmação é feita em razão dos índices referentes ao ensino superior no Brasil. Se considerarmos que todos os cidadãos tenham acesso à educação superior de qualidade, logo, qualificando-os para o mercado de trabalho, a diferença racial ainda permanecerá. Segundo o relatório desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), denominado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, pessoas brancas com nível superior completo ou mais recebem cerca de 50% a mais que pessoas pretas e 40% a mais que pessoas pardas com o mesmo nível de escolaridade. Deste modo, podemos inferir que a desigualdade educacional é apenas uma camada das muitas outras que constituem o escopo das injustiças do país.

Tendo isso em vista, a indagação que fica é: O que sustenta esse temível quadro de desequilíbrio?

Em um texto de três historiadores a tendência de pensar o passado para entender essa problemática é inevitável e fica evidente a necessidade de investigar a formação das desigualdade no país, especialmente quanto ao processo de escravização e a recente construção democrática.

Deste modo, a chegada dos portugueses no século XVI plantou as sementes de um Brasil desigual. Durante praticamente quatrocentos anos, a nação conviveu com a desigualdade do estado de exceção que foi o regime escravocrata, marcado por uma violência extrema. Em 1888, depois de muita pressão dos movimentos abolicionistas - e leis que desmantelaram vagarosamente esse cruel sistema -, é criada a Lei Áurea. Apesar de livres, os ex-escravizados não foram resguardados por nenhuma política pública para inclusão social por meio do Estado brasileiro, pelo contrário, foram vítimas de uma sociedade preconceituosa, que os manteve em situação de precariedade, e que delegou sua sobrevivência e proteção a si mesmos.

A partir de teorias raciais que visavam inferiorizar as populações preta e parda, o processo de favelização das populações mais pobres e o movimento de culpabilização dos ex-escravizados por sua condição, as desigualdades sociais e raciais foram se enraizando cada vez mais na sociedade brasileira. Essa nefasta herança tem influência até os dias de hoje e mesmo ações protetivas como a política de cotas, como vimos acima, não conseguiu resolver.

Para Pilz e Silva (2025, p. 107-108) as desigualdades persistem:

O caminho da democracia no Brasil nem sempre foi uma autoestrada asfaltada; por muitas vezes foi necessário abrir novas trilhas tortuosas em meio à mata fechada. [...] A democracia fora restaurada com o fim da ditadura, mas o novo regime, que tem seu começo definitivo na Constituição de 1988, seria ele igualitário? Ou continuaria refletindo uma persistente herança de desigualdades? Essas questões dizem respeito ao nosso dia a dia e é fundamental refletir sobre elas.

Essas desigualdades se tornam cada vez mais nítidas ao nos debruçarmos sobre elas. Apesar do foco desse resumo ser o aspecto educacional, as disparidades no Brasil não são apenas educacionais e de renda, são também de acesso a saneamento básico (como esgoto tratado, água potável, coleta de lixo), possibilidades de ascensão social e seguridade social, entre outras. Segundo Fraga e Silva (2025, p. 181),

A distribuição de renda, o acesso à educação, ao saneamento básico e à água potável, entre outros indicadores, demonstra que as desigualdades são profundas e, muitas vezes, enraizadas em questões históricas de raça, gênero e região. Embora haja avanços, como a redução das taxas de analfabetismo e o aumento do acesso aos serviços essenciais, as diferenças entre as regiões e entre os grupos sociais permanecem acentuadas.

Ainda, é importante mencionar as terríveis consequências de um sistema desigual, que para além da educação resultam em violências extremas. Um excelente exemplo são as diferenças presentes quando falamos de segurança. Segundo dados do Atlas da Violência (2024), “Do total de homicídios registrados em 2022, 76,5 por cento tiveram como vítimas pessoas pretas e pardas”. Desta forma, “a taxa de homicídio dessa parcela da população foi de 29,7 casos por cem mil habitantes, enquanto que entre os brancos, amarelos e indígenas, esse índice foi de 10,8 por cem mil. Ou seja, em 2022, para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros foram mortos”. Juntamente a isso, cerca de 69,1% da população encarcerada no país é composta por pretos e par-

dos, enquanto os outros 29,7% são brancos (Silva, 2025), demonstrando um sistema corrompido e com um modus operandi muito bem definido.

Por fim, visando finalizar esse breve resumo, conclui-se que a desigualdade não é um destino inevitável, mas exigirá esforço coletivo para ser solucionada, considerando sua herança histórica, que construiu muros e paredes que dividiram brasileiros. Um utópico futuro de equidade deve ser igualmente construído ao longo do tempo e encarado não como uma questão de solidariedade, mas sim de cidadania e democracia, valores que em tempos recentes, têm sido violentamente abalados neste país, e que levam tempo para se concretizarem, mas fazem parte da pavimentação de um futuro mais justo, plural e democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade, Educação, História.

REFERÊNCIAS:

BOSCO, Francisco. **O diálogo possível:** por uma reconstrução do debate público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2022;

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024.** Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

FRAGA, Cristian Moreira; SILVA, Mozart L. Desigualdades regionais no Brasil: uma análise a partir do censo demográfico de 2022. p. 167-183. In: SILVA, Mozart Linhares; SCOTTA, Larissa. **Desigualdades: uma reflexão necessária em sala de aula.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2025;

IBGE. PNDA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>

PILZ, Thiago E.; SILVA, Mozart L. Desigualdade e representação política no Brasil. p. 105-116. In: SILVA, Mozart Linhares; SCOTTA, Larissa. **Desigualdades: uma reflexão necessária em sala de aula.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2025;

RODRIGUES, Léo. IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo. **AGÊNCIA BRASIL.** Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>;

SILVA, Mozart L. Desigualdades raciais no Brasil. p. 185-204. In: SILVA, Mozart Linhares; SCOTTA, Larissa. **Desigualdades: uma reflexão necessária em sala de aula.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2025;

SILVEIRA, L.S.; SIQUEIRA, N.L. **Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil.** R. bras. Est. Pop., v. 38, 1-22, e0151, 2021.